

A LÍNGUA DA CIVILIZAÇÃO À MARGEM DO IMPÉRIO: DESAFIOS DAS AULAS AVULSAS DE FRANCÊS NA PROVÍNCIA SERGIPANA (1830-1854)

THE LANGUAGE OF CIVILIZATION AT THE EMPIRE'S MARGINS: CHALLENGES OF FRENCH INSTRUCTION IN THE PROVINCE OF SERGIPE (1830-1854)

Júlia Duarte Santiago Nunes¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise sobre o trabalho docente nas aulas avulsas de Língua Francesa na Província de Sergipe durante o Império brasileiro (1830-1854). Para tanto, realizamos a análise e comparação das fontes coletadas: legislação educacional da época, jornais do período, regulamentos de instrução pública, relatórios de inspeção e a historiografia referente à matéria. O objetivo foi compreender as condições de exercício do magistério de francês em Sergipe, considerando fatores como a precariedade dos ordenados, a dificuldade de provimento das cadeiras, a instabilidade institucional e a baixa frequência discente. Embasamos nos pressupostos teóricos relacionados à disciplina e à cultura escolar de Chervel (1990) e Julia (2001). A pesquisa evidenciou que os professores de francês, ao atuarem no sistema de aulas avulsas, enfrentaram instabilidade profissional, baixos salários e a ausência de compêndios padronizados, aspectos que expõem as fragilidades do trabalho docente no período. Assim, a chamada “língua da civilização” acabou por se inserir de modo instável e desigual e esteve à margem do Império, revelando os limites e as contradições da instrução pública em contextos provinciais.

923

Palavras-chave: Trabalho docente. Ensino de Língua Francesa. Aulas Avulsas. Sergipe. Império brasileiro.

ABSTRACT: This article presents an analysis of teaching work in French private classes (*aulas avulsas*) in the Province of Sergipe during the Brazilian Empire (1830-1854). To this end, we analyzed and compared different sources: educational legislation of the period, contemporary newspapers, regulations of public instruction, inspection reports, and relevant historiography. The objective was to understand the working conditions of French teachers in Sergipe, considering factors such as precarious wages, difficulties in filling teaching posts, institutional instability, and low student attendance. The study is grounded in the theoretical frameworks of school discipline and school culture developed by Chervel (1990) and Julia (2001). The research showed that French teachers, when working within the *aulas avulsas* system, faced professional instability, low salaries, and the absence of standardized textbooks—factors that reveal the fragility of teaching work at the time. Thus, the so-called “language of civilization” was incorporated in an unstable and unequal manner at the margins of the Empire, exposing the limits and contradictions of public instruction in provincial contexts.

Keywords: Teaching work. French Language. Private Classes. Sergipe. Brazilian Empire.

¹Doutoranda em História da Educação. Universidade Federal de Sergipe. <https://orcid.org/0000-0002-4499-6511>

I. INTRODUÇÃO

A educação no Império brasileiro foi intensamente influenciada pelas transformações políticas e educacionais do século XVIII, principalmente pelas Reformas Pombalinas e pelo pensamento iluminista, que proporcionaram ao Brasil do século XIX um novo olhar sobre a instrução pública, suas metodologias e seu sistema educacional. De acordo com Oliveira (2022), assim como ocorreu em Portugal no período pombalino, as línguas estrangeiras no Brasil acompanharam o processo de institucionalização dos estudos matemáticos representados pelas Academias Militares, centros formadores da elite local. O estudo das línguas modernas era justificado como meio de acesso às “Ciências Matemáticas” pela tradução de obras e autores que escreviam em idiomas nacionais, e não mais em latim. Assim, não foi por acaso que as primeiras Cadeiras Públicas de Inglês e Francês, criadas em 1809, foram anunciadas no mesmo documento em que se concedia provimento a uma cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria. Também não surpreende que os colégios e academias militares e da Marinha, em Portugal e no Brasil, tenham sido os primeiros responsáveis pela inserção das línguas estrangeiras em seus currículos. Nas primeiras décadas do Império, o poder central passou a exercer maior controle do ensino secundário. Com a criação dos Cursos Jurídicos, estabeleceram-se cadeiras preparatórias para o ingresso nessas instituições, incluindo a de Língua Francesa. No caso de Sergipe, a implantação dessa cadeira evidenciou os desafios do trabalho docente: dificuldades em encontrar professores qualificados, ordenados desestimulantes e obstáculos para manutenção e permanência da disciplina, devido às precárias condições financeiras da província e à baixa frequência discente.

924

2. Estruturação do ensino secundário e o ensino de francês no Liceu de São Cristóvão

Segundo Nunes (1984), o início da organização do ensino secundário em Sergipe deu-se em 1830, com a criação das cadeiras preparatórias de Retórica, Filosofia, Geometria, Francês, Geografia e História, ministradas no sistema de aulas avulsas. A partir de 1833, essas aulas foram centralizadas no Liceu de São Cristóvão. Nessa perspectiva, Lima (2005) destaca que a centralização trouxe mudanças significativas: os conteúdos e locais de ensino, antes definidos pelos professores, passaram a ser regulados por estatutos e regimentos, a presença da Igreja Católica tornou-se mais forte nas questões educacionais, e os professores públicos ficaram sujeitos à censuras e punições. No que concerne a estruturação desse estabelecimento, vale dizer que, em 1833, o Liceu reunia cinco cadeiras preparatórias, entre elas a de Francês, ministrada

por Joaquim Maurício Cardoso. A tabela a seguir mostra sua estrutura administrativa e corpo docente no período.

Quadro – Cadeiras, Lentes e Administração do Ensino Secundário em Sergipe

Cadeira (Disciplina)	Lente (Professor)	Diretor	Vice-diretor
Francês	Joaquim Maurício Cardoso	Frei José dos Prazeres Bulhões	Joaquim Maurício Cardoso
Geografia	Frei José dos Prazeres Bulhões	—	—
Filosofia	Manuel Ladislau Aranha Dantas Manuel Hertêncio A. Pereira	—	—
Latim	Manuel Ladislau Aranha Dantas	—	—
Retórica	Joaquim Maurício Cardoso	—	—

Fonte: LIMA, Aristela Aristides de. 2005. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense:** um estudo das práticas e representações do ensino secundário na província de Sergipe: (1847-1855). Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe -UFS, P.29.

Vale ressaltar, que a estruturação do Liceu se deu através da iniciativa do Presidente Jose Joaquim Germiniano de Moraes Navarro, que em 1834 formalizou a autorização através de ofício:

Devendo-se reunir todas as cadeiras de ensino Público no Liceu novamente criado, instalado no Convento do Carmo desta Cidade, cumpre-me que V.S. comunique os respectivos Professores que ai devem desempenhar as funções de seu Magistério, conseguindo-lhes as salas para as respectivas aulas, e incumbindo-se V.S. de requisitar por obséquio a cadeira do ex-professor Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas, para servir na aula de Latim, podendo certificar que será indenizado brevemente no valor da mesma (SERGIPE,1834).

Apesar dessa iniciativa de estruturação, dificuldades financeiras e a baixa matrícula de alunos levaram à suspensão do Liceu em 1835 e as cadeiras voltaram, assim, ao sistema de aulas avulsas, ministradas nas casas dos professores:

Para o Diretor do Liceu desta Cidade. Ilmo. Sr. De ordem de S. Excia. participo a V.S. para a sua inteligência, a fim de que haja de fazer publicar onde convier, que a Assembléia Legislativa Provincial houve por bem dissolver o Liceu desta Cidade, mandando por isso o Exmo. Sr. que os respectivos Professores que o acompanham, passem já a dar aula em suas casas, até ulterior resolução a respeito. Secretaria da Presidencia de Sergipe, 3 de fevereiro de 1835. Ilmo. Sr. Diretor do extinto Liceu desta Cidade Pe. José dos Prazeres Bulhões. Braz Diniz Villas Boas (SERGIPE, 1835).

Sendo assim, de acordo com os estudos de Nunes (2018), até o ano de 1847, o Ensino Secundário em Sergipe permaneceu sendo ministrado por meio das Aulas Públicas,

organizadas no sistema das Aulas Avulsas, bem como pela iniciativa de particulares. Nesse contexto, destaca-se a relevância do Ato Adicional de 1834, cujos efeitos se estenderam a todo o Império, incluindo Sergipe. Tal legislação, ao promover a descentralização do Ensino Secundário, transferiu às Províncias a responsabilidade de administrá-lo conforme suas condições financeiras, o que, segundo Nunes (1984), poderia gerar significativa desigualdade educacional entre elas. Contudo, a exigência dos estudos Preparatórios, instituídos pelo Poder Central como requisito para o ingresso nos cursos superiores, contribuiu para a unificação dos objetivos educacionais. Isso porque, tanto em Sergipe quanto nas demais Províncias, as instituições de Ensino Secundário, públicas ou particulares, voltaram-se ao ensino das disciplinas exigidas pelos Preparatórios, a fim de obter reconhecimento social e atrair estudantes que aspiravam ao ensino superior.

3. Desafios da instrução pública no século XIX: A Inserção da Língua Francesa em Sergipe

O processo de organização do Ensino Secundário, destaca-se a criação, em 1830, da primeira Cadeira de Língua Francesa em Sergipe, instituída por decisão do Conselho Geral da Província, com remuneração anual de 600\$000. Essa medida atendeu às novas exigências impostas às Faculdades brasileiras, que, a partir da lei de 11 de agosto de 1827, passaram a requerer dos candidatos aos Cursos Jurídicos, além do comprovante de idade mínima de 15 anos, certificados de aprovação em Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. Em Sergipe, assim como em Minas Gerais e Pernambuco, as Cadeiras de Francês estavam inicialmente vinculadas aos estudos Preparatórios, funcionando até 1832 no modelo de Aulas Avulsas. A partir de 1833, conforme a análise de Lima (2005), essas cadeiras passaram a integrar o Liceu de São Cristóvão, juntamente com as demais disciplinas do Ensino Secundário. Com a centralização dos estudos Preparatórios no referido Liceu, sediado no Convento dos Carmelitas, na capital da Província, o provimento das cadeiras passou a ocorrer por meio de concurso. De acordo com a mesma autora, o primeiro certame, realizado em 1832, contou apenas com um candidato para a Cadeira de Francês: o professor Joaquim Maurício Cardoso, aprovado e posteriormente empossado.

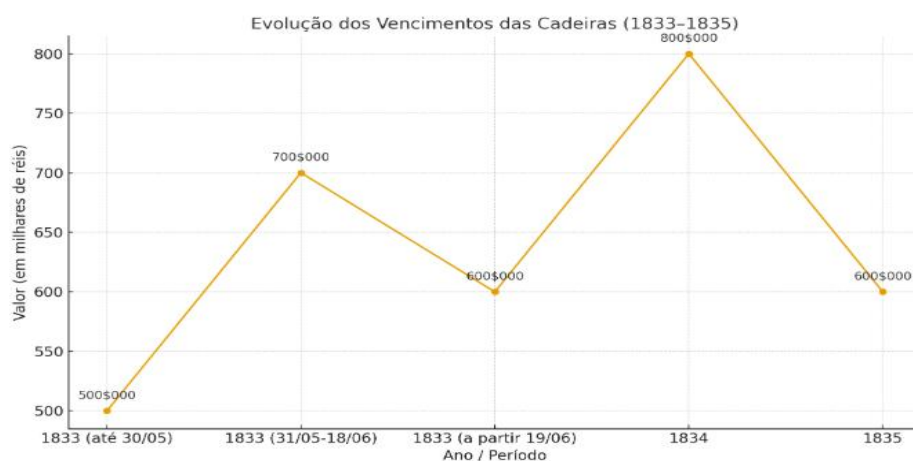
A escassez de concorrentes às vagas das Cadeiras Preparatórias constituiu um desafio recorrente nas primeiras décadas do século XIX. Isso se devia à dificuldade em encontrar, na Província de Sergipe, profissionais devidamente qualificados para ministrar as disciplinas exigidas no Ensino Secundário. Tal situação é evidenciada em um ofício enviado em junho de

1832 pelo presidente Joaquim Marcelino de Brito ao ministro Luís Coutinho, no qual se relatava a problemática da falta de candidatos habilitados.

As cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, novamente criadas pelo Decreto de 11 de novembro do ano passado se acham em concurso, sem terem até agora opositores, que com dificuldade aqui apareceram com a necessária capacidade para tais cadeiras, achando-se porém já provida a de francês criada pelo mesmo decreto (SERGIPE, 1832).

Além da escassez de pessoas capacitadas para assumir as Cadeiras Preparatórias, entre elas a de Língua Francesa, a baixa remuneração configurava-se como um fator que desmotivava aqueles que possuíam a formação necessária. Nesse sentido, conforme aponta Nunes (1984), em 1834, o Conselho Geral deliberou pela elevação dos vencimentos, fixando o ordenado das Cadeiras de Retórica, Geometria, Filosofia e Francês em 800\$000 réis, enquanto as de Latim, tanto da capital quanto da vila de Estância, passaram a receber 600\$000 réis. Porém, nos anos subsequentes, de acordo com os estudos de Nunes (2018), esses ordenados continuaram pouco atrativos e passaram por instabilidades significativas, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico dos ordenados dos professores de francês na Província de Sergipe entre 1833 e 1835



Fontes: RECOPIADOR SERGIPANO, p.03, jun.1833; NUNES, Maria Thetis. **Historia da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984; FRANCO, Candido Augusto. **Compilação das Leis Provinciais 1835-1880**. Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879. (gráfico produzido pela autora do artigo)

Nesse sentido, é importante destacar, que desde o final do século XVIII, as dificuldades financeiras relacionadas ao pagamento de professores constituíam um desafio recorrente na Província de Sergipe. Segundo Nunes (1984), os docentes chegaram a permanecer cerca de três décadas sem reajuste salarial, além de enfrentarem constantes atrasos no recebimento de seus

ordenados. A análise da tabela anteriormente apresentada evidencia que, entre 1833 e 1835, não houve aumento significativo na remuneração capaz de estimular a adesão à carreira do magistério. Essa conjuntura manteve o problema da escassez de candidatos qualificados para disputar as Cadeiras Preparatórias, incluindo a de Língua Francesa. Ademais, a baixa frequência discente, somada às dificuldades econômicas da Província, motivou a promulgação da lei de 22 de março de 1836. Tal legislação autorizava a suspensão dos salários dos professores que não alcançassem o número mínimo de alunos exigido em suas Aulas, inclusive nas Preparatórias, nas quais a disciplina de Francês estava inserida e para as quais se estipulava a presença de, no mínimo, seis estudantes, sob pena de suspensão da remuneração docente:

LEI DE 22 DE MARÇO DE 1836

Art.13. O Governo fica autorizado a suspender os ordenados d'aquelles professores de primeiras letras, que tiverem menos de dezesseis discípulos; das professoras que tiverem menos de oito; das de preparatórios, e grammatica latina, que tiverem menos de seis: cessará esta disposição logo que constar ao Governo por informação das Camaras respectivas, que aquelles professores tem conseguido o indicado numero (SERGIPE, 1879, p.141).

Além da dificuldade em recrutar profissionais aptos ao ensino do Francês e das demais disciplinas do Ensino Secundário, outro obstáculo enfrentado no período em análise foi a instabilidade na manutenção das Cadeiras, especialmente entre 1830 e 1854, tanto na capital quanto na Vila de Estância, esta última com papel de destaque na vida econômica e cultural da Província. A própria legislação educacional do período demonstra esse quadro, uma vez que frequentemente instituía e, em seguida, extinguiu cadeiras, como demonstram as leis e decretos a seguir:

Quadro – Criação e Extinção das Cadeiras de Francês em Sergipe (1835–1854)

Ano	Dispositivo Legal	Conteúdo Principal	Localidade
1835	Lei de 5 de março de 1835	Criação de três cadeiras preparatórias: Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, e Francês, com ordenado anual de 600\$000.	Vila de Estância
1838	Decreto n. 6, de 16 de fevereiro de 1838	Supressão das cadeiras de Retórica, Geometria, Francês e Filosofia da Capital . Supressão das cadeiras de Retórica, Filosofia e Francês da Vila de Estância .	Capital e Estância
1845	Lei n. 139, de 10 de fevereiro de 1845	Criação, na Capital, das cadeiras de Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Geometria e Retórica.	Capital
1854	Resolução n. 398, de 21 de junho de 1854	Criação, em Laranjeiras e Estância, de cadeiras de Filosofia, Francês, Geometria, Geografia e História, além das de Latim já existentes.	Laranjeiras e Estância

Fonte: (SERGIPE, 1879, p.206), (SERGIPE, 1879, p.207), (SERGIPE, 1879, p.176), (SERGIPE, 1879, p. 176-177), (SERGIPE, 1879, p.177- Quadro produzido pela autora

Constata-se, portanto, que a ausência de uma legislação que assegurasse a continuidade do ensino de Francês ocasionou uma verdadeira “dança das cadeiras”, marcada pela alternância entre criação e extinção dessa disciplina. Dois fatores podem explicar tal instabilidade. Em primeiro lugar, o desequilíbrio financeiro da Província, que, segundo Nunes (1984), foi um problema persistente e levou o presidente José Elói Pessoa da Silva a sancionar, em 1838, um decreto que extinguiu diversas cadeiras, inclusive as de Francês na capital e em Estância. Em segundo lugar, a preferência das elites rurais e economicamente favorecidas em matricular seus filhos em instituições particulares ou enviá-los a outras províncias mais desenvolvidas, a fim de cursarem as disciplinas necessárias ao ingresso nas Academias do Império. Essa prática resultava em uma baixa taxa de matrículas nas Cadeiras Públicas Preparatórias e desestimulava o governo a investir em sua manutenção, como se evidencia na fala do vice-presidente Manuel Joaquim Fernandes de Barros à Assembleia Legislativa Provincial em janeiro de 1836.

Quanto às outras Aulas, de Geometria, Rhetorica, Logica, Francez, etc., creio, Senhores, que as que estão providas se devem conservar; mas as outras deste gênero, que por lei são criadas, não devem prover: pois o pequeno número de alumnos, que frequentão as existentes nos dá a conhecer, que ellas de pouco proveito são para os nossos co-habitantes. (*Noticiador sergipense*, p.01, 5 de fev.1836)

Temos finalmente quatorze Cadeiras de preparatórios providas, que contão cento e secenta e quatro discipulos, não tendo algumas mais de hum até dous alumnos (*Noticiador sergipense*, p.02, 5 de fev.1836).

4. Aulas avulsas e compêndios de francês na Província de Sergipe

Outra dificuldade enfrentada pelo magistério era a ausência de compêndios padronizados. O Relatório de 21 de janeiro de 1834 denunciava que cada professor ensinava pelo material que julgava conveniente, inclusive manuscritos, o que “retardava infalivelmente o desenvolvimento das ideias” dos alunos (Sergipe, 1834). Isso obrigava os docentes a copiar trechos de livros ou criar seus próprios materiais. Embora gramáticas francesas como a de Lhomond e Hamonnière circulassem em outras províncias, não há provas diretas de sua presença em Sergipe, ainda que seja provável seu uso indireto:

Quanto aos livros cada um ensina pelo impresso, ou manuscrito, que julga mais acomodado, vendo-se alguns na obrigação não só de procurarem folhetos, livros, etc, como até de copiarem pedaços para lhes darem a ler, do que resulta não pouco atraso á mocidade, que não sendo imbuída em compêndios methodicos, retarda infalivelmente o desenvolvimento das suas ideias (SERGIPE, 1834).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho docente nas aulas avulsas de francês em Sergipe, entre 1830 e 1854, evidencia as múltiplas tensões que marcaram a constituição do ensino secundário em

províncias do império brasileiro. As fontes consultadas, legislação, relatórios oficiais, jornais e regulamentos, revelam que a inserção da língua francesa, embora estratégica para o ingresso nos cursos superiores, enfrentou severas limitações estruturais e institucionais. A precariedade dos ordenados, a ausência de compêndios padronizados e a instabilidade provocada pela alternância entre criação e extinção das cadeiras configuraram um cenário de fragilidade que comprometeu a valorização do trabalho docente e o ensino das línguas estrangeiras. Nesse sentido, observou-se que os professores, muitas vezes isolados em suas práticas, precisaram recorrer a materiais improvisados e conviver com a instabilidade dos cargos, o que resultou em um exercício profissional marcado pela insegurança e por precárias condições de trabalho.

Além disso, a baixa frequência discente e a preferência das elites em buscar alternativas educacionais fora da província reforçaram o quadro de instabilidade, tornando o ensino público de francês mais um reflexo das desigualdades estruturais que caracterizavam a educação imperial. A chamada “dança das cadeiras”, marcada por sucessivas criações, supressões e reinstalações das disciplinas, é sintomática de um sistema educacional vulnerável, cujas bases administrativas e financeiras não se mostraram capazes de sustentar o desenvolvimento contínuo das cadeiras de francês. Nesse sentido, o estudo das aulas avulsas em Sergipe contribui para a compreensão do trabalho docente em sua dimensão histórica, revelando que os desafios enfrentados pelos professores no século XIX dialogam com questões mais amplas sobre a profissionalização docente e a permanência de desigualdades regionais na oferta educacional. A análise do caso da província sergipana não apenas evidencia aspectos específicos de uma das menores províncias do Império, mas também amplia a reflexão sobre as tensões estruturais que permeiam a história da educação brasileira e o lugar das línguas estrangeiras em seu processo formativo, nos levando a compreender que investigar a trajetória do ensino de francês em Sergipe é também refletir sobre como a chamada “língua da civilização” se inseriu de forma instável, desigual e à margem do Império, evidenciando os limites e as contradições da instrução pública em contextos provinciais.

REFERÊNCIAS

- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução de Guacira Lopes Louro. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Cassimiro; MACEDO, Elisabete (orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

LIMA, Aristela Aristides de. *A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na província de Sergipe (1847-1855)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

NOTICIADOR SERGIPENSE. São Cristóvão, 1 fev. 1836. Typ. de Silveira.

NUNES, Joselma Duarte Santiago. As primeiras cadeiras de francês do Império Brasileiro: primórdios de uma disciplina escolar (1831-1837). 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. Aracaju: Paz e Terra, 1984.

O RECOPIADOR SERGIPANO. Villa Constitucional de Estância, 10 jul. 1833. Typ. de Silveira.

OLIVEIRA, Kate Constantino Pinheiro de Andrade. *A institucionalização do ensino de francês no Brasil: o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810-1832)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Educação: Educação e Formação Docente, Aracaju, 2016.

OLIVEIRA, Kate Constantino Pinheiro de Andrade. De Luís XV a Pombal: o ensino de francês no território do Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. 2. ed. Aracaju: Criação Editora, 2022.

931

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. 2. ed. Aracaju: Criação Editora, 2022.

SERGIPE. Ofício do Presidente Joaquim Marcelino de Brito ao Ministro Coutinho, sobre as cadeiras vagas por falta de opositores. 12 jun. 1832. APES, G¹276.

SERGIPE. Ofício do Presidente José Germiniano de Moraes Navarro ao diretor do Liceu de São Cristóvão, José dos Prazeres Bulhões, sobre a reunião de todas as cadeiras do ensino preparatório no Liceu. 17 mar. 1834. APES, G¹280.

SERGIPE. Relatório da Comissão encarregada de examinar as relações vindas das diversas Aulas da Província de Sergipe. 21 jan. 1834. Arquivos Particulares – Arquivo Epifânio Dória, Caixa 14, Doc. 04.

SERGIPE. Ofício do secretário da Presidência Brás Diniz Villa-Boas ao diretor do Liceu de São Cristóvão, José dos Prazeres Bulhões, sobre o fechamento do referido Liceu. 3 fev. 1835. APES, G¹280.

SERGIPE. FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das leis provinciaes de Sergipe (1835 a 1880)*. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima, 1879.